

MARES REVOLTOS, CAMINHOS NECESSÁRIOS: UM PANORAMA DA GEOPOLÍTICA ENERGÉTICA SINO-INDIANA

Iure Paiva¹

Augusto W. M. Teixeira Júnior²

Gary Rainer Chumacero Vanderley³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise geopolítica sobre a dimensão militar da segurança energética de China e Índia. O estudo em tela terá como objeto os projetos de cooperação e integração energética que Pequim e Nova Deli articulam em seu entorno regional com países fornecedores. Em seguida, serão analisadas as ameaças que se apresentam aos casos selecionados quanto à proteção da infraestrutura do setor energético e o transporte de combustíveis por meio de rotas marítimas e estreitos. Conclui-se que os desafios geopolíticos ligados à segurança energética, ao invés de impor a competição como determinação geográfica, apresenta um horizonte no qual a cooperação sino-indiana emerge como necessária para a segurança de ambas as potências asiáticas.

Palavras-chave: Geopolítica. Segurança Energética. China e Índia.

¹ Doutor. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba (PB). E-mail: iurepaiva@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3989-6206>

² Pós-doutorando. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro (RJ). E-mail: augustoteixeirajr@gmail.com / Orcid: orcid.org/0000-0003-3127-3629

³ Mestre. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba (PB). E-mail: garyvanderlei@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3714-2876>

1. INTRODUÇÃO

A segurança energética em um país ou região pode se apresentar como uma temática de ordem política, econômica, social, ambiental e, em certos casos, como uma questão que envolve assuntos de ordem militar (cf. PAIVA, 2016, 2015).

Diante das múltiplas possibilidades de enfoque, o presente trabalho pretende analisar como o desafio de assegurar a segurança das fontes energéticas de China e Índia estrutura um delicado tabuleiro geopolítico no qual se equilibram cooperação e competição estratégica.

Apesar dos enfoques tradicionalmente calcados na economia e no comércio, a segurança energética pode ser abordada segundo a “lógica de guerra”, que se caracteriza pelo “[...] argumento de que a energia é uma questão de segurança porque é tanto a causa como um instrumento de guerra ou conflito” (CIUTĂ, 2010, p. 129).

A referida lógica está intimamente relacionada à dimensão militar da segurança energética, e é preciso destacar que esta estratégia apresenta diferentes vieses que devem ser precisamente diferenciados.

De um lado, a energia pode ser considerada como um meio utilizado pelos Estados em suas disputas – *energy weapon* –, de modo a tentar influenciar outros atores a agirem segundo seus interesses⁴. Por outro lado, a energia pode ser concebida como elemento principal ou secundário na causa de conflitos interestatais ou intraestatais – *cause of conflicts*. A energia como condição primária da guerra está relacionada à contenda pela posse, acesso ou controle de recursos, e sua inserção como elemento acessório diz respeito à possibilidade de a ausência de recursos energéticos gerar, por exemplo, condições socioeconômicas ou políticas que podem levar ao conflito.

Uma terceira vertente a partir da qual a energia pode ser vista de forma articulada à segurança é aquela que se vale de variáveis ligadas a estes recursos na composição de índices que mensuram e comparam capacidades nacionais dos países. Esse viés entende a energia não como *arma* ou como *causa da guerra*, mas como elemento constitutivo do poder nacional dos Estados – *national capability*⁵.

⁴ Morse & Richard (2002) exploram esta perspectiva sob a ótica das relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita.

⁵ Entre os mais célebres, destacamos o Composite Index of National Capability (CINC), do projeto Correlates of War, disponível em: <<http://www.correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

As diferentes abordagens ora apresentadas podem servir como elementos norteadores para analisar a dimensão militar da segurança energética de China e Índia. O entendimento sobre a diversidade de formas em que a segurança energética afeta a segurança internacional e nacional dos países será aqui apreciada à luz da geopolítica.

De um lado, lançaremos mão da vertente continental, cuja ênfase se dará na interação estratégica entre os casos em tela, prioritariamente, no contexto da Ásia Central. Por outro lado, na vertente marítima o enfoque se dará no contexto de suas projeções nos oceanos Pacífico e Índico.

O presente artigo visa apresentar o panorama geral e os principais debates que conectam energia, segurança e geopolítica como um fio condutor útil para a compreensão da complexidade do cenário estratégico em que a China e a Índia operam hodiernamente. Neste sentido, a dialética entre cooperação e competição com a Índia é ilustrativo do papel que a energia tem junto à segurança no tabuleiro estratégico da Ásia.

De modo a dar conta dos objetivos propostos, além dessa introdução, o texto conta com mais três partes. Na próxima seção é analisada a geopolítica da segurança energética da China, em primeiro lugar na vertente continental e em seguida a vertente marítima. Na seção seguinte, analisa-se a geopolítica concernente à segurança energética da Índia, tanto a partir da vertente continental como marítima. Por fim, tem-se a parte final que apresenta algumas conclusões que podem demonstrar similitudes e diferenças em sentido comparado entre China e Índia em relação à temática abordada.

2. A GEOPOLÍTICA DA SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA

2.1. A VERTENTE CONTINENTAL

Conforme adverte Liao (2006, p. 6), o envolvimento da China na Ásia Central não foi impulsionado apenas pela segurança energética, mas também como um meio para aumentar a segurança de sua fronteira ocidental. Essas são algumas dentre outras várias razões enunciadas para o olhar interessado do governo chinês para tal região (cf. BLANK, 2017).

Nesse sentido, a década de 1990 representou para a China uma época de novas ameaças de natureza militar para sua segurança energética. Este cenário, especificamente, deriva de problemas relacionados às suas

fronteiras ocidentais, tal como a intensificação do movimento separatista da etnia Uyghur na região de Xinjiang e a instabilidade no Afeganistão.

No primeiro caso, a China decidiu aumentar o número de postos de fronteira e o controle sobre as rotas comerciais, com o apoio dos países da Ásia Central, de modo a manter a estabilidade na localidade e assim não abalar os interesses energéticos chineses na área. No que se refere ao Afeganistão, o governo chinês decidiu transferir equipamentos e recursos técnico-militares para os países vizinhos, além de promover exercícios militares conjuntos, especialmente com o Cazaquistão e o Quirguistão, tudo isso com base na Convenção Relativa à Luta Contra o Terrorismo, o Extremismo e o Separatismo, constituído no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai⁶, em 15 de junho de 2001 (POP, 2010).

A diplomacia energética da China para a região conseguiu estabelecer uma posição forte na última década, tornando a Ásia Central um dos locais mais dinâmicos para as companhias de petróleo chinesas que operam no exterior. Vale ressaltar, porém, que o conceito de segurança energética da China, na virada do século XXI, deve ser vista predominantemente em termos de ameaças econômicas e soluções do mercado, em vez de ameaças militares e respostas diplomáticas com esse propósito (cf. TROMBETTA, 2018; DAOJIONG, 2005).

Entretanto, isso não significa dizer que a segurança energética chinesa não está profundamente envolvida com questões militares ou de defesa, as quais demandam uma postura assertiva do governo chinês diante das ameaças existentes. Mesmo antes de anunciar o projeto *“One Road, One Belt”*, em setembro de 2013, a Ásia Central já se configurava como uma área essencial para a geopolítica chinesa.

Como demonstrado na Figura 1, a China tem na Ásia Central uma rota natural para que aquele país proveja suas demandas por petróleo e gás, de modo a diversificar suas rotas de importação de energia que provêm do mar, aumentando assim a segurança do fornecimento de energia e demais recursos essenciais para sua economia e sociedade.

⁶ Entre as várias iniciativas chinesas para incrementar a sua segurança e presença na Ásia Central, destacamos a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), da qual fazem parte a China, Rússia, Uzbequistão e Quirguistão. Recentemente, Índia e Paquistão foram elevados à condição de membros plenos. Ver *“Índia e Paquistão se tornam membros da Organização de Xangai”*, disponível em: < <http://www.jornal.ceiri.com.br/india-e-paquistao-se-tornam-membros-da-organizacao-para-cooperacao-de-xangai/>>, acesso em: 30 ago.2017.

Figura 1: “One Road, one Belt”

Fonte: Chellaney (2017).

Na virada do Século XIX, a China havia ampliado sua presença na Ásia Central por meio de projetos de cooperação e integração energética com diversos países fronteiriços, sendo alguns exemplos desses investimentos os casos da construção de um oleoduto com o Cazaquistão, em julho de 2009, e a inauguração de um gasoduto em parceria com Turcomenistão, Uzbequistão e Cazaquistão, em dezembro de 2009.

No primeiro, o caráter estratégico da ação chinesa mostrasse na escolha de um território rico em reservas de petróleo no Cazaquistão, o que justificaria o investimento em mais de 3.000 quilômetros em oleodutos, capazes de transportar, anualmente, valores superiores a 10 milhões de toneladas de petróleo bruto para China. No segundo caso, o investimento realizado em conjunto com Turcomenistão, Uzbequistão e Cazaquistão permitiria a China adquirir uma capacidade máxima de 40 bilhões de metros cúbicos de gás natural por ano.

Visando obter recursos energéticos da Rússia, a China também investiu em ativos na Sibéria oriental, a partir de um acordo firmado em 2009. A China aderiu ao projeto denominado *Eastern Siberia–Pacific Ocean Pipeline* (ESPO), o qual prevê a construção de um oleoduto que parte da Sibéria oriental e que alcançará o Oceano Pacífico através do território chinês. O acordo celebrado prevê ainda que a Rússia fornecerá 30 milhões de toneladas de petróleo por ano para a China, num período de 20 anos, e o governo chinês, em contrapartida, se comprometeu a emprestar cerca de 25 bilhões de dólares ao governo russo.

A Ásia Central é uma região na qual as grandes potências mundiais têm investido muito tempo, dinheiro e esforço, através de medidas relevantes no plano diplomático e militar, com o objetivo de ganhar controle sobre uma das maiores zonas de estoque e trânsito de energia no mundo. Os principais importadores de petróleo e gás, como os EUA, a Europa, a China e a Índia estão prestando atenção aos países da Ásia Central, sempre sobre os olhares atentos da Rússia.

Em relação a este último, a China até agora tem sido capaz de evitar conflitos sobre os ativos energéticos, o que se deveria, principalmente, a três fatores: (1) a mitigação de tensões na região devido à política externa multivetorial conduzida pelos líderes da Ásia Central; (2) A manutenção de um relacionamento convergente com a Rússia, relacionados ao interesse comum de manutenção da “parceria estratégica” mais ampla entre os dois países; (3) O favorecimento conjuntural ocasionado pela crise econômica mundial de 2008, a qual contribuiu para diminuir a intensidade da competição entre Rússia e China no setor energético naquela região (DU, 2011).

No caso dos Estados Unidos as opiniões gerais convergiam com as palavras de Downs (2000, p. 44), ao afirmar que:

De particular interesse para os analistas chineses é que não existe um Estado (ou grupos de Estados) poderoso o suficiente para equilibrar com os Estados Unidos. Eles consideram a China como sendo especialmente vulnerável ao poder norte-americano em um mundo no qual os Estados Unidos são a única superpotência.

Conforme apresentado na Figura 2, os Estados Unidos, além de figurar como principal potência militar do mundo, possui presença expressiva na Ásia. Além dos óbices para balancear os Estados Unidos no campo sistêmico-global, a participação dos EUA nas arenas asiáticas (em especial no nordeste asiático) afeta as opções estratégicas chinesas no sentido de conectar as relações sino-asiáticas com a balança de poder entre EUA e China no plano global.

Figura 2: Efetivos Militares dos Estados Unidos no Leste Asiático

Como podemos atestar, a Ásia Central emerge como uma opção importante para garantir tanto a segurança nacional chinesa em suas fronteiras continentais, mas também como alternativa e diversificação de fornecedores de energia.

Entretanto, apesar das dificuldades e constrangimentos igualmente encontrados na vertente marítima, nota-se que o cálculo estratégico realizado pela China nas questões energéticas continentais na Ásia Central também inclui ameaças como o terrorismo internacional, o extremismo religioso e o tráfico de drogas.

Como resultado, iniciativas como a Organização de Cooperação de Xangai e a crescente aproximação entre Pequim e Moscou descortinam possibilidades para o redesenho geopolítico da Ásia Central após mais de uma década marcada pela Guerra do Afeganistão (2001), bem como suas externalidades negativas no campo da segurança regional.

2.2. A VERTENTE MARÍTIMA

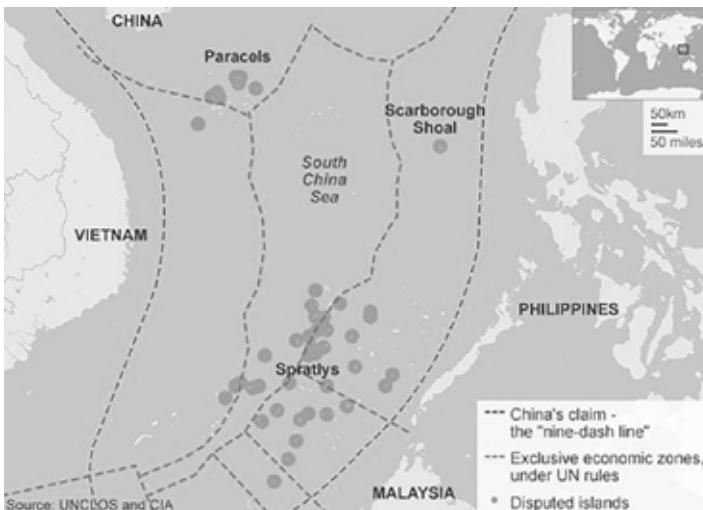
Considerando que a vertente continental, especialmente a Ásia Central, surge nas últimas décadas como um horizonte estratégico para a segurança energética chinesa, a vertente marítima se coloca como um desafio possivelmente mais audacioso e sensível. Entre as principais

regiões para os interesses chineses e com potencial conflitivo encontra-se uma área marítima, especificamente, o Mar do Sul da China.

Os dilemas que envolvem o Mar da China Meridional envolvem múltiplos atores, visto que esta área é contestada por China, Vietnã, Malásia, Indonésia, Brunei e Filipinas. Em relação à China, é um exemplo desse quadro de tensão o relacionamento conturbado do governo chinês com o Vietnã e com as Filipinas (COURMONT, LASSERRE, MOTTET, 2017; BUSZYNSKI, 2012).

No caso do relacionamento da China com Vietnã, cabe compreender que este último é o maior produtor de petróleo da área, cuja exploração está a cargo da estatal petrolífera chamada PetroVietnam. A possibilidade de conflitos entre os dois países se mantém na insistência do governo chinês em querer explorar novos campos de petróleo na região, e na contraposição chinesa às tentativas vietnamitas de celebrar acordos de exploração com companhias petrolíferas internacionais em torno da faixa meridional do Mar da China. Analogamente, o caso dos embates com as Filipinas está vinculado às tentativas chinesas de exercer um maior controle na região marítima citada, tendo como resultado a acusação recíproca de ambos os países estarem invadindo suas águas territoriais, como ilustrado na Figura 3.

Figura 3: Reivindicações conflitantes no Mar do Sul da China



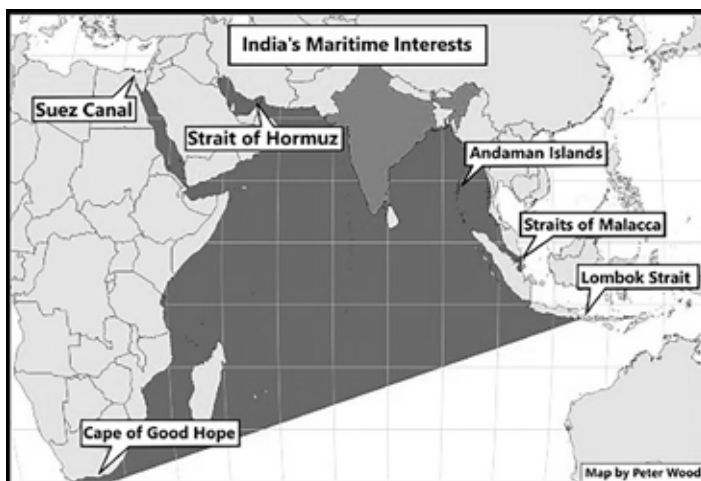
O que torna os conflitos no Mar do Sul da China particularmente

sensíveis é o controle das vias primárias de comunicação marítima da região que cruzam o Estreito de Málaca, as quais dão acesso aos recursos energéticos derivados do petróleo situados no Oriente Médio.

Vale ressaltar que essa disputa é motivo de preocupação e discórdia com os Estados Unidos, que ao reafirmarem o seu interesse na Ásia-Pacífico, o fazem fortalecendo as relações de segurança com os países que concorrem com a China na referida zona marítima. Além disso, o governo estadunidense afirmou que qualquer tentativa de declarar a área como território soberano (China é o único provável reclamante) seria considerada uma violação do princípio da liberdade dos mares e considerada uma atitude inaceitável (cf. U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION, 2016; COLE, 2008).

Como demonstrado na Figura 4, em adição ao desafio estadunidense, a Índia figura igualmente como um possível contendor, que pode repercutir na conformação da dimensão militar da segurança energética chinesa (SILVA, TEIXEIRA JÚNIOR, 2016). A projeção chinesa para regiões como a porção oriental da África, o Oriente Médio e a Ásia Central, tem na presença indiana um fator fundamental para a sua estratégia geopolítica e de segurança energética, a qual passa por suas expressões marítimas nas linhas de comunicação oceânicas, estreitos e rotas.

Figura 4: Interesses Marítimos da Índia



Fonte: Ward (2017).

Competidores históricos, os motivos que levam à divergência entre China e Índia são diversos e complexos (SILVA, TEIXEIRA JÚNIOR, 2016), e vão desde a disputa por maior influência regional à posição de apoio que a China deu ao Paquistão em disputas referentes a terras fronteiriças:

Na geopolítica, a estrutura de poder nas relações sino-indianas inclui muitos fatores complexos, como o estatuto político-militar do Tibete, Nepal, Birmânia e Bangladesh; a capacidade e a orientação quanto ao Paquistão; o regime político-militar do Oceano Índico; o status político-militar da encosta sul da região leste do Himalaia, entre outras. Esses fatores criaram um dilema de segurança mútuo nas relações sino-indianas. Com a necessidade cada vez maior do petróleo proveniente do Oriente Médio, o valor econômico-estratégico do Oceano Índico está aumentando para os países da Ásia-Pacífico. Inegavelmente, a principal preocupação que anima os interesses chineses no Oceano Índico é a segurança das linhas de comunicação marítima para fornecimento de energia, o que também é considerada preocupação para a segurança marítima indiana (HUANG, 2009, p. 221).

Apesar da competição histórica entre Pequim e Nova Déli, ambos os países participam de expressivas iniciativas de cooperação regionais, coordenando políticas e posições em instâncias, como no BRICS e SCO. Além da balança de poder, os chineses estão preocupados com outras agendas não tradicionais de segurança, tais como a pirataria e o terrorismo. Estas ameaças no Estreito de Málaca têm incentivado diálogos com países como Indonésia, Malásia e Cingapura, com o objetivo de cooperar para a manutenção da segurança na referida passagem naval.

Com base nas possibilidades de interpretação da energia nas estratégias geopolíticas dos Estados apresentadas na introdução, a avaliação do panorama geopolítico da segurança energética chinesa, com base no que fora exposto até aqui, nos leva a inferir que a sua perspectiva securitária sobre energia abarca uma compreensão da energia predominantemente como *national capability*.

3. A GEOPOLÍTICA DA SEGURANÇA ENERGÉTICA INDIANA

3.1. A VERTENTE CONTINENTAL

Tal como a China, o entorno estratégico imediato e a Ásia Central são fundamentais para a segurança energética e a geopolítica da Índia. Entretanto, quando comparada a China, a Índia fez menos progresso no que se refere ao desenvolvimento de cooperação internacional voltado à integração energética regional.

O que existe de concreto atualmente é uma cooperação de baixa escala para fornecimento de energia elétrica a partir de hidroelétricas com Butão e Nepal, e algumas negociações e acordos firmados com a intenção de construir gasodutos na região para atender a grande demanda de gás do mercado indiano. Conflitos armados e outros problemas de segurança militar estão entre os grandes impedimentos para o desenvolvimento de projetos de integração energética pela Índia em sua região.

Há alguns projetos de integração de grande relevância e complexidade no qual a Índia está envolvida. A Índia passou oficialmente a ser parte em 2008 do projeto de gasoduto entre Turcomenistão, Afeganistão e Paquistão, também conhecido como Gasoduto Trans-Afegão (TAP - *Trans-Afghan Pipeline*, e TAPI com a inclusão da Índia). Este partiria do campo de gás de Dauletabad em terras turcomenistãs e chegaria ao solo indiano depois de percorrer aproximadamente 1700 km, com a capacidade de transportar cerca de 27 bilhões de metros cúbicos por ano.

Além disso, desde 1994, o gasoduto Iran, Paquistão e Índia está em discussão, e envolve a construção de um duto com capacidade estimada de transportar 55 bilhões de metros cúbicos por ano, com aproximadamente 2.800 km de extensão, partindo do Iran, passando pelo Paquistão e chegando finalmente à Índia. Embora já esteja em construção e com previsão de conclusão para os próximos anos, a extensão do gasoduto até o território indiano ainda permanece como uma incerteza.

Contudo, vale destacar que nenhum dos projetos “saiu do papel”, entre outras razões, devido à instabilidade nos países da região, os quais, frequentemente, estão ou potencialmente estão envolvidos em conflitos intraestatais e interestatais. E, de modo mais específico, existe muita incerteza quanto à capacidade de Índia e Paquistão manterem uma cooperação energética em termos harmônicos, diante de um histórico de convivência marcado pela desconfiança e por conflitos armados entre as duas nações.

A construção do gasoduto é a solução economicamente mais vantajosa, mas deve-se refletir o quanto é confiável e possível ter acesso a um recurso energético estratégico em parceria com um país vizinho com que se tem pouca relação amistosa (KANWAL, 2007). A possibilidade de o Paquistão elevar a receita nacional e lucrar socioeconomicamente com o gasoduto, afirma o mencionado autor, não seria considerada garantia suficiente para afastar a possibilidade de medidas unilaterais serem tomadas contra o governo indiano em virtude de interesses contrariados. A energia se tornaria assim tanto um meio à disposição do governo paquistanês para constranger o governo indiano a agir conforme seus desígnios (*energy weapon*) como uma possível causa direta ou indireta de conflito armado (*cause of conflicts*) entre os dois Estados.

A aproximação política entre Índia e Irã tem a segurança energética como fator relevante. Existiriam pelo menos três razões que incentivam essa proximidade: (1) o fato de os Estados Unidos exercerem forte influência e possuírem relações privilegiadas com os países árabes do Golfo Pérsico, torna difícil para o governo indiano encontrar espaço e opções de escolha na região; (2) em razão dos problemas políticos existentes entre o Irã e os Estados Unidos, aquele país tende a oferecer condições favoráveis para a Índia no campo energético; (3) o ganho na aproximação é recíproca, já que o governo iraniano precisa do investimento das empresas indianas que atuam no setor energético, e o governo indiano teria uma fonte abundante de energia no futuro (SISAKHT, MAHMOUDI, 2012).

Contudo, o estreitamento das relações da Índia com o Irã pode trazer igualmente alguns problemas para o governo daquele país, inclusive no âmbito da segurança energética envolvendo questões de ordem militar. Os Estados Unidos não veem com bons olhos a aproximação entre Índia e Irã, pois ainda que a cooperação energética esteja voltada para o desenvolvimento social e a prosperidade econômica, a perspectiva estadunidense é de conceber a energia como uma arma estratégica, portanto um componente que pode ser determinante num ambiente conflituoso (cf. ASHWARYA, 2017; VERMA, 2008).

Consequentemente, os Estados Unidos poderiam apoiar, inclusive militarmente, outros países que disputam espaço com a Índia (Paquistão e China), podendo até aumentar a instabilidade na região quanto a situações de conflito, e assim dissuadir o governo indiano a se distanciar do Irã – alguns países europeus poderiam agir no mesmo sentido. Por outro lado, a constante ameaça de confronto armado entre Israel e Irã, e os problemas

decorrentes da insistência iraniana em desenvolver uma bomba nuclear, podem representar um fator de alto risco não só em termos de segurança energética para a Índia, mas também uma temeridade do ponto de vista político e econômico.

3.2. A VERTENTE MARÍTIMA

O Oceano Índico é o teatro de operações por excelência da marinha indiana, um local marcado por pontos de estrangulamentos, ilhas e bases navais, um espaço com o qual os estrategistas daquele país deverão se ocupar, inclusive devido aos interesses energéticos que correm por esses caminhos. Entre os desafios estratégicos enfrentados pela Índia e sua expressão marítima são os gargalos dessa região, a saber: as passagens que envolvem os Estreitos de Málaca, Lombok, Sunda, Ormuz e de Babel-Mandeb, através dos quais passam as principais rotas do transporte internacional de energia (cf. GUPTA, 2017; HOLMES, 2011).

Figura 5: Rotas e Estreitos Marítimos da Ásia



Fonte: CSIS (2014b).

A Doutrina Marítima Indiana afirma claramente que o país está

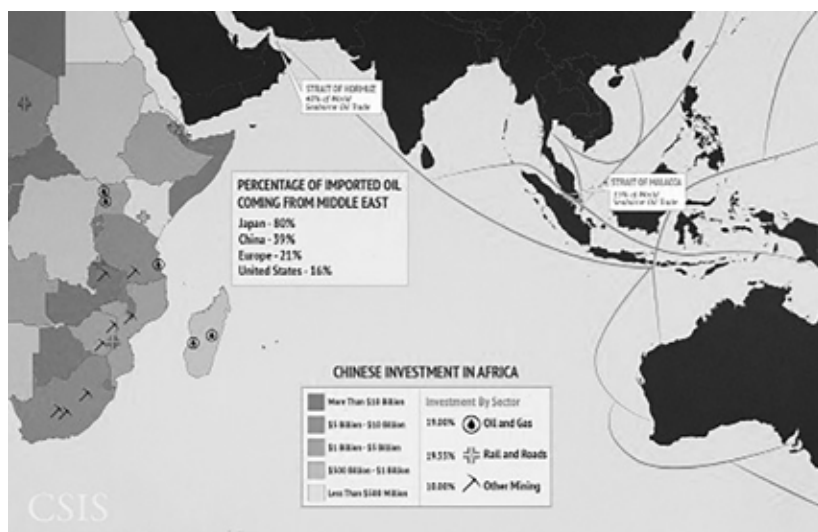
[...] em posição de influenciar significativamente o movimento/segurança da navegação ao longo das linhas de comunicação marítima da região do Oceano Índico desde que tenhamos o poder marítimo para fazê-lo. O controle dos pontos de estrangulamento pode ser útil como uma moeda de troca no jogo de poder internacional, onde a moeda do poder militar continua a ser uma dura realidade (INDIA, 2004, p. 64).

Para a Índia, é fundamental exercer mais influência nas rotas marítimas asiáticas com o objetivo de garantir níveis adequados à segurança energética para a sua subsistência e desenvolvimento. Entretanto, o espaço marítimo de projeção natural para a Índia também consiste no horizonte fundamental para a expansão chinesa pelo mar. A Figura 6 contribui para a compreensão sobre como as projeções marítimas de China e Índia se chocam na geografia do Oceano Índico.

Semelhante às aspirações de uma inserção internacional mais qualificada por parte da China, segundo observa Singh (2011, p. 18), os objetivos indianos são amplos e envolvem interesses políticos, econômicos e militares, que não se restringem apenas ao cenário regional, mas também mundial:

A Índia procurou aumentar sua influência estratégica sobre rotas marítimas e energéticas que tem papel chave e estratégico que passam pelo Oceano Índico, Mar da Arábia, Golfo de Bengala e no Estreito de Málaca. O seu papel e importância na cadeia de fornecimento de energia, levaria a um aumento concomitante da influência da Índia no cenário mundial, especialmente a segurança energética que atualmente é um fator-chave na política global. A Índia também espera usar sua influência para impedir qualquer interrupção no fornecimento de energia e matérias-primas que são extremamente necessárias para impulsionar sua economia, para combater as tentativas dos potenciais rivais contra os projetos energéticos da Índia, isso ganhando apoio da sua vizinhança imediata, e para alavancar a Índia em meio ao desenvolvimento econômico global, que, por sua vez, aumentará a influência política, econômica e estratégica indiana.

Figura 6: A China e o Oceano Índico.



Fonte: CSIS (2014c).

A principal fonte de petróleo e de gás da Índia tem sido e parece que continuará a ser por mais tempo o Golfo Pérsico, e, em razão disto, as rotas marítimas utilizadas para receber os recursos energéticos provenientes do exterior ajuda a explicitar a dimensão militar da sua segurança energética.

No tocante a dinâmicas não tradicionais de segurança, chama atenção o fato de que os problemas relativos à pirataria e incidentes de violência nas águas do Golfo Pérsico têm ultrapassado o Estreito de Málaca, tornando-se assim uma das mais perigosas rotas marítimas (KANWAL, 2007). Outro fator complicador é a presença ativa da Al Qaeda e de outros grupos terroristas nas águas daquela região. Por outro lado, persistem os sinais de conflito no Golfo Pérsico em razão de o Irã buscar desenvolver sua capacidade nuclear, o que resulta em temores legítimos de um bloqueio do Estreito de Ormuz, devido a uma guerra na região (PUNTAMBEKAR, 2008).

Além de tais fatores, pode-se mencionar outro relacionado a um estudo produzido pelo *India Energy Congress* - IEC (2013) intitulado "Securing tomorrow's energy today: Policy & Regulations", o qual faz uma importante relação entre a segurança energética indiana e os protestos generalizados e as guerras civis que eclodiram entre 2010 e 2011 no Oriente Médio e Norte da África, em países como Egito, Líbia, Iêmen, Iraque, Argélia, Síria – evento que ficou conhecido como a "Primavera Árabe".

Com base nesse estudo, os conflitos intraestatais teriam repercutido no mercado mundial de petróleo, seja pela diminuição da produção, pela interrupção do fornecimento ou pelo aumento dos preços cobrados no comércio internacional.

A energia nessa situação, em específico, foi a causa indireta de conflitos (*cause of conflicts*), já que algumas dessas manifestações, como no caso do Egito, “[...] foram uma consequência da queda da produção de petróleo, pelo esgotamento do excedente exportável, o que levou à falta de fundos para os subsídios aos alimentos e combustíveis, resultando em insatisfação e inquietação” (IEC, 2013, p. 24). Os eventos da Primavera Árabe repercutem diretamente na segurança energética da Índia, tendo em vista que existe elevada dependência do mercado produtor presente no Oriente Médio e Norte da África, representando cerca de 60% do petróleo que importa (IEC, 2013).

As instalações marítimas de petróleo da Índia são consideradas bastante desprotegidas, sendo a maioria pertencente às grandes empresas estatais como a Oil India Limited (OIL) e a Oil and Natural Gas Corporation (ONGC), as quais estão em grande parte bem além da área de responsabilidade da sua Guarda Costeira. A infraestrutura energética *offshore* é considerada vulnerável a vários tipos de ameaças, desde as pequenas embarcações que podem se chocar contra plataformas de petróleo ou estruturas de apoio, a mergulhadores capazes de fixar cargas explosivas através de abordagem subaquática (KANWAL, 2007).

Em virtude de quase 89 por cento das importações de petróleo da Índia ocorrer por vias marítimas, é imperativo que essa área seja segura para tais empresas. A necessidade de segurança é reforçada quando se considera que a maior parte do petróleo importado tem origem na Ásia Ocidental, e que as rotas passam por áreas sob a influência do Paquistão, adversário da Índia na região. O passado é testemunho que o suprimento de energia nessa região foi prejudicado em diferentes ocasiões, na maior parte das vezes por causas políticas e não por razões de mercado (GOSH, 2004).

O panorama ora exposto sobre a segurança energética indiana, portanto, exige ações para administrar a convivência com as ameaças:

Portanto, a segurança energética deve ser parte do pensamento estratégico e do planejamento militar da Índia. A Índia precisa garantir que suas linhas de comunicação marítima que são críticas para o setor energético são seguras e livres de intervenção, de ambos os atores estatais e não estatais. Uma Marinha

capaz, boas relações e acordos regionais (para patrulhamento e exercícios conjuntos) com todas as nações que têm uma participação na região do Oceano Índico, ajudaria a Índia a manter suas linhas de comunicação marítima seguras. Além disso, a Índia também precisa aumentar a capacidade de suas reservas estratégicas de petróleo (KUMAR, 2012, p. 15).

A região oceânica que envolve os interesses da Índia é atravessada por oleodutos, cravada por plataformas, instalações de manuseio e pontilhada por terminais de exportação em campos de petróleo e gás.

Nesse ambiente, os governos da região confrontam-se com a circulação de petróleo e gás todos os dias, o que significa igualmente dizer que estão sempre situados em um cenário no qual podem ser potenciais alvos para indivíduos com intenções de causar danos à infraestrutura energética mencionadas. O desafio, portanto, é grandioso e inevitável, exigindo uma reflexão constante sobre novos e antigos problemas.

CONCLUSÃO

A partir do exposto acima, parece evidentemente demonstrado que a dimensão militar é um fator presente nos debates sobre a segurança energética para China e Índia. Complementarmente, é possível fazer algumas ponderações voltadas a evidenciar peculiaridades relativas às questões analisadas, tais como similitudes e diferenças que caracterizam a realidade daqueles países sobre a temática em análise.

Em primeiro lugar, pode-se destacar que os problemas envolvendo questões militares no plano da segurança energética estão quase sempre relacionados a outros assuntos, envolvendo problemas de ordem política, geopolítica, econômica e social, que vão desde instabilidades decorrentes da falta de desenvolvimento socioeconômico à necessidade investimentos no reaparelhamento das forças armadas para preservar a soberania energética dos países.

Em segundo lugar, as ameaças que assolam a segurança energética de China e Índia no plano da defesa parecem ser tanto potenciais como reais. Nessa perspectiva, ao menos os casos listados nesse artigo apresentam situações que podem resultar em conflito intraestatal ou interestatal, nem sempre relacionados à manutenção do suprimento contínuo e adequado de energia, mas que poderiam de alguma forma repercutir na segurança energética dos referidos países.

Em todo caso, a instabilidade nesses cenários poderia interferir direta ou indiretamente na conformação das políticas nacionais para as forças armadas visando garantir a segurança energética.

Em terceiro lugar, e relacionado ao parágrafo anterior, a China e Índia têm na segurança energética uma importante *opportunity window* para o investimento nas forças armadas, seja no âmbito do Exército, Marinha ou Força Aérea. Esta realidade foi comprovada a partir das duas vertentes analisadas ao longo deste artigo, com destaque para a defesa das linhas de comunicação marítima como um meio fundamental para o acesso às fontes de energia provenientes de produtores externos ou das fontes nacionais *offshore*.

Não obstante as mudanças contingenciais provocadas pelos esforços de China e Índia para garantir segurança energética, suas dinâmicas de competição e cooperação não podem ser entendidas sem o olhar atento às tendências profundas e de longa duração. Articulando a geografia, a política e a história, a Geopolítica mostrou-se útil para salientar como tempo e espaço conformam a política internacional destas potências milenares.

O contorno e as linhas da geografia asiática, nas vertentes continental e marítima, ainda apresentam desafios fundamentais para a realização de seus interesses nacionais. Desta feita, seja no entorno estratégico imediato, na Ásia Central, no Pacífico ou Índico, a consciência do espaço educa a reflexão estratégica quando diante dos constrangimentos da realidade.

Por fim, faz-se necessário destacar que neste artigo a pretensão essencial foi pontuar, sob um enfoque geopolítico, algumas questões que envolvem a dimensão militar da segurança energética de China e Índia, sem a pretensão de realizar uma interpretação definitiva do tabuleiro geoestratégico em tela, mas oferecer um ponto de partida para o debate mais aprofundado em torno do assunto.

ROUGH SEAS, NECESSARY PATH: AN OVERVIEW OF SINO-INDIAN ENERGY GEOPOLITICS

ABSTRACT

This article presents a geopolitical analysis of the military dimension of energy security in China and India. The study will focus on cooperation and energy integration projects that Beijing and New Delhi articulate in their regional environment with supplier countries. Next, the threats to the selected cases regarding the protection of the infrastructure of the energy sector and the transportation of fuels by sea and narrow routes will be analyzed. It is concluded that geopolitical challenges related to energy security, rather than imposing competition as geographic determination, presents a horizon in which Sino-Indian cooperation emerges as necessary for the security of both Asian powers.

Keywords: Geopolitics. Energy Security. China and India.

REFERÊNCIAS

- ASHWARYA, BySujata. *India-Iran Relations: Progress, Problems and Prospects*. London: Routledge, 2017.
- BLANK, Stephen. "China in Central Asia: The Hegemon in Waiting?". In: COHEN, Ariel (Ed.). *Eurasia in Balance: The US and the Regional Power Shift*. London, New York: Routledge, 2017.
- BUSZYNSKI Leszek, "The South China Sea: Oil, Maritime Claims, and U.S. - China Strategic Rivalry", *The Washington Quarterly*, 35:2 pp. 139-156.
- CHELLANEY, Brahma. "What Are Chinese Submarines Doing in the Indian Ocean?", *Huffington Post – The World Post*, 2017. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/brhma-chellaney/chinese-subs-in-indian-ocean_b_7320500.html>, acesso: 30 ago. 2017.
- CIUTĂ, Felix. *Conceptual Notes on Energy Security: Total or Banal Security?*, *Security Dialogue*, v. 41, n. 2, p. 123-144, April 2010.
- COLE, Bernard D. *Sea Lanes and Pipelines: Energy Security in Asia*. Westport: Praeger Security International, 2008.
- COURMONT, Barthelemy; LASSERRE, Frederic; MOTTET, Eric (Editors). *Assessing Maritime Disputes in East Asia: Political and Legal Perspectives*. New York: Routledge, 2017.
- CSIS. "US Military Personnel in East Asia", *Asia Maritime Transparency Initiative*, 2014a. Disponível em: <https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2014/11/us_military.jpg>, acesso: 30 ago.2017.
- CSIS. "Trade Routes and Straits", *Asia Maritime Transparency Initiative*, 2014b. Disponível em: <https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2014/11/trade_straits.jpg>, acesso: 30 ago.2017.
- CSIS. "Trade and Resources in the Indian Ocean", *Asia Maritime Transparency Initiative*, 2014c. Disponível em: <https://amti.csis.org/wp-content/uploads/2014/11/indian_ocean_02.jpg>. Acesso: 30 ago. 2017.
- DAOJIONG, Zha. *China's Energy Security and Its International Relations*. *The China and Eurasia Forum Quarterly*, Volume 3, No. 3, November 2005, p. 39-54.

DOWNS, Erica Strecker. *China's Quest for Energy Security*. Rand: Santa Monica, 2000.

DU, Ruoxi. *Central Asia Energy: A Point of Contention or Collaboration in Russia-China Relations*. CREES-FMSO, 2011.

GHOSH, P. K. *Maritime Security Challenges in South Asia and the Indian Ocean: Response Strategies*, A paper prepared for the Center for Strategic and International Studies –American-Pacific Sealanes Security Institute conference on Maritime Security in Asia. January 18-20, 2004, Honolulu, Hawaii.

GUPTA, S. "Indian Ocean in India's geostrategic calculus: problems and prospects for maritime security". In: RAGI, Sangit K., SONDHI, Sunil; PATHAK, Vidhan (editors). *Imagining India as a Global Power Prospects and Challenges*. London: Routledge, 2017.

HOLMES, James R. "Looking south: Indian Ocean". In: SCOTT, David (Ed.). *Handbook of India's International Relations*. Routledge: London and New York, 2011, p. 156-166.

HUANG, An-Hao. *The Maritime Strategy of China in the Asia-Pacific Region - Origins, Development and Impact*. Submitted in total fulfillment of the requirements of the degree of Doctor of Philosophy, School of Social and Political Sciences, The University of Melbourne, 2009.

INDIA ENERGY CONGRESS (IEC). *Securing tomorrow's energy today - Policy & Regulations - Long Term Energy Security*. New Delhi: Deloitte Touche Tohmatsu Limited, 2013. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-India/Local%20Assets/Documents/IEC%202013/Long_Term_Energy_Security.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

INDIA. *Indian Maritime Doctrine*. New Delhi: Ministry of Defence (Indian Navy), 2004.

KALMAN, Brian. "The South China Sea Crisis and the 'Battle for Oil'", *Global Research*, 12 January 2016. Disponível em: <<http://www.global-research.ca/the-south-china-sea-crisis-and-the-battle-for-oil/5501075>>. Acesso em: 30 ago.2017.

KANWAL, Gurmeet, "Securing India's Energy Needs", *Indian Defense Review*, v. 22.3 Jul-Sep 2007.

KUMAR, Devindar. *Securing India's Energy Future*. Centre for Defence and Strategic Studies (Defence and Strategic Studies Course), Canberra: Australian Defence College, 2012.

LIAO, Xuanli. *Central Asia and China's Energy Security*. *China and Eurasia Forum Quarterly*, v. 4, n. 4 (2006) p. 61-69.

MORSE, Edward L.; RICHARD, James, "The Battle for Energy Dominance", *Foreign Affairs*, Essay, mar./abr. 2002.

PAIVA, Iure. "National Defense Policy and the Protection of the Critical Energy Infrastructure in Brazil", *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 5, n. 10, Jul./Dec. 2016, p.173-198.

_____. *As dimensões militares, ambientais e econômicas da segurança energética: análise a partir dos desafios e oportunidades do Brasil no contexto internacional*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2015.

POP, Irina Ionela, *China's energy strategy in Central Asia: Interactions with Russia, India and Japan*. UNISCI Discussion Papers, Nº 24 (October / Outubro 2010).

PUNTAMBEKAR, Ashish. "Indian Energy Security", *Indian Defence Review*, Issue Vol 23.1, Jan-Mar 2008. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/spotlights/indian-energy-security-i/>>. Acesso em: jul. 2013.

SILVA, A.H.L.; TEIXEIRA JÚNIOR, A.W.M. "Understanding Chinese and Indian Balancing Strategies", *Revista da Escola de Guerra Naval* (Ed. português), v. 22, p. 143-168, 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/216/178>. Acesso em: 31 ago. 2017.

SINGH, Bilveer. *Southeast Asia-India Defence Relations in the Changing Regional Security Landscape*. Institute for Defence Studies and Analyses (IDSA) Monograph Series, n. 4, May 2011.

SISAKHT, Abdolmajid Yazdanpanah; MAHMOUDI, Armin, "The Role of Energy in Iran and India Relations", *J. Basic. Appl. Sci. Res.*, 2(9) 9267-9274, 2012.

TROMBETTA, M.J. "Fueling threats: Securitization and the challenges of Chinese energy policy", *Asian Perspective*, v. 42, n. 2, 1 April 2018, p. 183-206.

U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. "China and the U.S. Rebalance to Asia". 2016 Report to Congress of the U.S.-China Economic and Security Review Commission, One Hundred Fourteenth Congress, Second Session, 16 nov. 2016

VERMA, Anand K, "Security threats facing India", *Indian Defense Review*, v. 23.2, abr.-jul. 2008.

WARD, Jonathan. "Sino-Indian Competition in the Maritime Domain", The Jamestown Foundation - China Brief Volume: 17 Issue: 1, January 2017. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/sino-indian-maritime-competition/>>. Acesso: 30 ago. 2017.

Recebido em: 04/09/2019

Aceito em: 15/01/2020